

O UNIVERSO DISCIPLINAR SOBRE LEITURA, LITERATURA E ENSINO

Elizete Dall'Comune Hunhoff1

RESUMO: Reflete-se sobre como a prática da leitura pode proporcionar o ingresso do leitor na sociedade letrada. Para isso conferimos como esse ato pedagógico se tornou um processo necessário para melhorar a comunicação entre os seres humanos, pois, ao saber ler e interpretar, o indivíduo se torna independente e membro participativo da civilização moderna, apto a entender símbolos da comunicação. Buscou-se embasamento em textos de críticos envolvidos com pressupostos teóricos relativos à leitura e à literatura, visando a ampliar conhecimentos empíricos e práticos que possam orientar o profissional de Letras e outros, a vislumbrarem ações educativas sobre a leitura, a literatura e, por consequência, formar leitores protagonistas. Isso por entendermos que os índices, em pesquisas, atuais demonstram uma situação alarmante de reprovação nacional nesse quesito pedagógico.

Palavras-chave: Leitura. Literatura. Ensino.

THE DISCIPLINARY UNIVERSE ABOUT READING, LITERATURE AND TEACHING

ABSTRACT: It is reflected on how the practice of reading can provide the reader's entry into the literate society. For this purpose, the objective was to see how this pedagogical act became a necessary process to improve communication between human beings, because, by knowing how to read and interpret, the human being becomes independent and participatory member of modern civilization, able to understand symbols of communication. We sought to base ourselves on texts of critics involved with theoretical assumptions related to reading and literature, aiming to expand empirical and practical knowledge that can guide the professional of Letters or others, to envision educational actions about reading, literature and, consequently, to train leading readers. This is because we understand that the current rates, in research, demonstrate an alarming situation of national disapproval in this pedagogical aspect.

Keywords: Reading. Literature. Teaching.

Introdução

Pesquisas atuais como o PISA² e, recentemente, o PIRLS³, programas importantes de avaliação em leitura, têm trazido índices preocupantes sobre o desempenho de nossos alunos leitores no Brasil. Os resultados provocam reflexões e questionamentos sobre o porquê de termos nos saído tão mal. “Com média de 419 pontos, o país ficou nas últimas colocações, atrás de nações como o Uzbequistão e Azerbaijão e a uma distância muito expressiva da pontuação

¹ Professora, doutora em Letras, USP/SP. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Letras-UNEMAT, Cáceres, MT. Grupos de Pesquisa: LIPP-Literatura Infantojuvenil: Poesia e Prosa; LER: Leitura literatura e ensino. E-mail: elizetedh@unemat.br

² Programme for International Student Assessment (Pisa)

³ Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS), tradução de *Progress in International Reading Literacy Study*

obtida por países desenvolvidos”. (FARIA, 2023, p. 01). Com base nesses dados, o Ministério da Educação brasileiro deverá rever os critérios avaliativos do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) que mostram escores mais alvissareiros relativos ao ato de ler de alunos do Ensino Fundamental no país. Essa discussão deve se concentrar em como fazer para que a motivação à leitura se estenda desde os anos iniciais aos finais do Ensino Médio. Também o formato de avaliação do SAEB poderá ser reformulado, para que os dados expostos tragam maior credibilidade quando comparados aos internacionais. Isso sempre traz à tona a falta de investimentos políticos e econômicos no setor educacional, que carece de um olhar mais responsável sobre a formação leitora e sobre o futuro de crianças e jovens desta nação.

Se a leitura tem o poder de mudar o ser humano, este pode mudar o seu entorno social, político e econômico. Então o ato da leitura vai além de propósito a ser atingido, tais como fazer uma pesquisa, devanear, preencher um momento de lazer, seguir uma pauta para realizar uma atividade, obter uma informação, entre outras coisas, pois, leva a ações humanas que podem gerar interpretações e, por consequência, significativas atitudes transformadoras. Quanto ao ato de ler realizado na escola, este pode ser mais produtivo se não vier atrelado a deveres e tarefas a serem cumpridos. Conforme apontam Paula e Hunhoff (2012, p. 21), “A leitura é relevante para se adquirir criticidade ao ler o mundo, pois, as pessoas que leem têm mais intimidade com as palavras, expressam com clareza as suas ideias, escrevem e se comunicam melhor”. Então, a importância que se dá a essa atividade é significativa, pois, remete o leitor a viajar em um universo cuja imaginação é desenvolvida por meio do contato com as palavras e, isso torna-se possível com a leitura, que é guia nessa viagem, além de promover a sua intelectualidade.

Leitura e interpretação

O ato de ler e escrever vai muito além da perspectiva da palavra oral e escrita devido à diversidade de temas e significados contidos em um texto, fatores que conduzem o leitor a um leque de interpretações e a ampliar o seu conhecimento prévio, adquirido ao longo de suas experiências. Já, a leitura literária torna-se mais rica quando interpretada e debatida, pois aproxima as culturas e promove relações de alteridade. E, dessa forma, é considerada como artifício de aprendizado. Observa-se que no âmbito do ensino se defrontam algumas discordâncias quanto aos métodos de aprendizagem de leitura e escrita, embora um fator permaneça comum a todos – a certeza de que o domínio da leitura pelo indivíduo é um fenômeno que ultrapassa a simples alfabetização. Esta deixou de ser uma aquisição de habilidade mecânica (desenvolvida no nível superficial do texto) para ser entendida como a

possibilidade de adentramento no universo cultural, em perene processo de mudanças. Se o mundo passa por grandes transformações em todas as áreas do conhecimento, sentimos que a resolução de muitos problemas, advindos dessa avalanche fragmentada de conhecimentos, só virá a médio e longo prazo, pois, a realidade é desafiante e a sociedade está a exigir medidas e novos paradigmas. Então, torna-se urgente reflexões sobre a educação e o ensino, isso porque pode ser nessa área social que novos princípios norteadores serão definidos e transmitidos, posto que a verdadeira revolução se faz no nível da mente, da consciência de mundo que cada ser vai acumulando desde a infância, por meio da palavra. Portanto, a leitura e a literatura, embora questionadas nesta era digital, transfiguradas em arte, podem propiciar essa transfiguração, afirmativamente. Embora haja indagações: “Haverá lugar para a literatura infantil (ou para a literatura em geral) nesse mundo da informática que nos invadiu de forma total?” (COELHO, 2000, p. 15), vemos que sim, que a leitura e mais especificamente a leitura literária pode servir de agente de formação nesta sociedade em transformação.

É ao livro, à palavra escrita, que atribuímos a maior responsabilidade na formação da consciência de mundo das crianças e dos jovens. Apesar de todos os prognósticos pessimistas [...], nesta nossa era da imagem e da comunicação instantânea, a verdade é que a palavra literária escrita está mais viva do que nunca. (COELHO, 2000, p. 16).

Como engajamento existencial, a prática da leitura literária sem dúvida é a forma eficaz de ler o mundo humano, por lazer e ao mesmo tempo, reflexivamente. Ela proporciona ao leitor ingressar na história que antes lhe era desconhecida. Assim, o ensino de leitura como instrumento de aprendizagem faz o aluno leitor se envolver com a variedade de conhecimentos. Logo, ler significa adentrar em diversos segmentos, como o da escrita da palavra, do signo, de símbolos e do conhecimento empírico do universo.

Como a compreensão de textos é um trabalho intelectual de compreensão do espaço onde se vive e sobre os seres e coisas com que se convive, isso requer a presença de diversos fatores, tais como: conhecimentos linguísticos, conhecimentos sobre o assunto do texto, conhecimento geral a respeito do mundo, motivação e interesse na leitura, como observamos:

A leitura não é uma atividade meramente visual. O acesso à informação visual – isto é, à informação percebida, captada pelos olhos [...] é obviamente necessária, mas não suficiente [...] podemos, por exemplo, estar enxergando perfeitamente um texto e, ainda assim, não conseguimos lê-lo por estar escrito em uma língua que não conhecemos. (FULGENCIO, 2004, p. 13-14).

Tanto a noção básica sobre o assunto que o texto aborda se faz necessária, como a informação visual são de suma valia. No entanto, consoante ao que diz o autor, isso não é suficiente para se assimilar e compreender um texto. Pois, consegue-se ver um texto e não se saber do que se trata, se não houver o conhecimento da língua apresentada, também por não se ter domínio sobre certos conteúdos ali propostos. Assim, o conhecimento da língua, do contexto e dos conteúdos interagem no ato interpretativo, estando na memória do leitor antes de se adentrar à leitura de um determinado texto.

Assim, de uma forma ou de outra, necessitam-se de vários fatores no ato da leitura, que compreendem recursos verbais, não verbais (visuais), culturais, sensoriais, etc. Todo conhecimento adquirido ao longo das experiências auxilia no momento da compreensão, pois, por estar armazenado na memória, aos poucos vai elucidando as questões propostas, pelas lembranças que lá estão.

Se um dos objetivos da escola é fazer com que seus alunos sejam protagonistas em ler, interpretar e escrever, entendemos que o aluno se sentirá capaz de interpretar um texto se estiver motivado para a leitura, de forma que esta seja do seu interesse, do contrário, pouco fruirá. Então, cabe ao professor buscar estratégias motivadoras, para incentivar e desenvolver o interesse de seus leitores. Observamos que o entusiasmo e o encantamento docente pelo ato de ler servirá de exemplaridade ao aluno, pois, como diz o provérbio: “As palavras movem, mas os exemplos arrastam”. E, na prática, não é porque a criança gosta de um determinado assunto que o docente irá deixar de adentrar à sala de aula outros temas, pelo contrário, o material estudado deve ser selecionado pelo profissional da educação de forma a atender as necessidades contextuais do educando, sem perder de vista que:

[...] a leitura é um processo de construção de sentidos. Oscilando numa tensão constante entre paráfrase (reprodução de significados) e polissemia (produção de novos significados), ela se constitui num processo de interação homem/mundo, através de uma relação dialógica entre leitor e texto [...] não se faz leitura como se fosse sobre um objeto sem vida, também o texto, que não é neutro, não existe sem a leitura [...]. (MAGNANI, 2001, p. 49-50).

Consoante à autora, vemos que é comum muitos alunos lerem mecanicamente, ou apenas por obrigação. Pouco se nota no espaço escolar a leitura espontânea, prazerosa por parte deles, quase tudo é feito pela decodificação do código linguístico, como se o texto resultasse da soma dos significados das palavras. Visando a mudar esse panorama, a escola deve entender que o ato de ler é um exercício de aprendizagem, informação e deleite, por isso não deve ser considerado como uma atividade sem importância, mas sim promovido.

Quanto à formação de leitores competentes, essa é uma preocupação que merece destaque para ser trabalhada em sala de aula não somente na área de linguagem, visto que aquele aluno que consegue ler, aos poucos, vai adquirindo a capacidade de interpretar, conhecer e adicionar novos conhecimentos à sua vida e, conseqüentemente, opinar e argumentar em qualquer disciplina. “Ler é comparar as experiências próprias com as narradas pelo escritor, comparar o próprio ponto de vista com o dele, recriando ideias e revendo conceitos. Ler é dialogar”. (FOELKER, 2007 *apud* TEIXEIRA; BEVILAQUA, 2013, p. 33). Se a leitura leva o leitor a dialogar, a questionar, a refletir, a ampliar a sua percepção sobre temas, hábitos e culturas desconhecidos, então com seus saberes prévios, o leitor trocará informações com o texto, e não apenas as receberá. Ao se questionar sobre a promoção da leitura, o docente deverá perceber que esse ato contribui para a compreensão e a aprendizagem de diferentes pensamentos e pontos de vista. O aluno leitor poderá não concordar com tudo o que é apresentado no texto, isso por estar em constante movimentação intelectual e apto a mudar de ideias. Seria importante que os professores oportunizassem estratégias em que os alunos participassem, trocassem informações, conhecimentos e tecessem opiniões sobre o que leem. Se assim não for, pouco valerá para o seu crescimento na formação leitora, pois, “[...]o foco deve recair sobre o leitor ou a recepção e não sobre o autor e a produção”. (JAUSS *apud* ZILBERMAN, 1989, p. 49).

Contextualização histórica da literatura infantojuvenil e juvenil

Um livro interessante ao leitor abre portas para a educação, responde a dúvidas, anseios e guia na construção do pensamento. No ambiente escolar, os interesses voltados à literatura infantil e juvenil são recentes. No século XIX, a escola passou a se organizar como sistema educacional e o livro didático começou a se aperfeiçoar dando origem a uma nova forma de ensino. Diante da época mencionada, vimos que a literatura infantojuvenil não existiu desde sempre, pois tem sua existência a partir das transformações sociais ocorridas na sociedade, estas ligadas a questões econômicas, familiares, políticas, escolares. Enfim, conforme Lajolo, (2006, p. 22), “[...] foi para tratar de lições de moral e bons costumes que, pelas mãos de Perrault, as crianças do mundo moderno começaram a aprender”.

Como as crianças e os adolescentes não tinham uma literatura voltada a eles, por se tratar de “seres em formação”, os conteúdos deveriam ser adaptados à diversão ou ao aprendizado desse público. Nesse contexto, até então a criança era vista como “miniatura do adulto” e não havia um espaço reservado à infância. Em vista disso, os primeiros textos

destinados a ela foram ajustes de obras escritas para adultos que, inseridas em livros infantis, apresentavam a forma deles verem o mundo, o que não atraía, não fascinava e tampouco despertava o gosto pela leitura. Belos e coloridos desenhos preenchiam as páginas dos livros com intuito de entreter, estimular e encantar as crianças ao ler ou ouvir suas fantásticas histórias. Por apresentar essa função, não muito distante, “[...] a literatura infantil era minimizada como criação literária e tratada pela cultura oficial como um gênero menor”. (COELHO, 2000, p. 29).

Foi somente a partir do século XVIII que as obras voltadas para o público infantil ganharam espaço no mercado editorial, isso devido à influência da industrialização na sociedade ocidental. Nessa época, as grandes fábricas funcionavam nos centros urbanos, o que atraía trabalhadores, em massa, vindos do campo em busca de melhorias de vida. Aqui, a criança oriunda da burguesia, principalmente, passou a ter um novo papel de consumidor na sociedade, o que foi crescendo a cada dia. E, tendo alcançado seu espaço, viu-se o surgimento de objetos industrializados voltados à criança, como os brinquedos e os livros. Diante desse novo quadro social, a escola também foi reorganizada e acabou assumindo o papel de inserir os educandos na prática de leitura. Aos poucos, a criança foi ganhando importante espaço dentro e fora da sala de aula. Cada época traz a sua marca, como podemos verificar na citação abaixo:

Numa sociedade que cresce por meio da industrialização e se moderniza em decorrência dos novos recursos tecnológicos disponíveis, a literatura infantojuvenil assume, desde o começo, a condição de mercadoria. No século XVIII, aperfeiçoa-se a tipografia e expande-se a produção de livros. No Brasil, a história da literatura brasileira para a infância começou tardiamente. Com a implantação da Imprensa Régia, em 1808, começam a ser publicados livros para crianças. Com a ideia de que o hábito de ler era importante para a formação do cidadão, começam a sistematizar os primeiros esforços para a consolidação dessa literatura indicada ao público infantojuvenil. (BIASIOLI, 2007, p. 98).

Em 1808, quando os livros para as crianças começaram a ser publicados no país, a literatura infantojuvenil passou a ser concretizada. O ato de ler foi visto como principal requisito para a formação cidadã. Antes dos anos cinquenta, séc. XX, no Brasil já havia a delimitação consensual de que a infância e a juventude possuíam uma faixa etária determinada. Segundo essa ideia, os comportamentos, hábitos, sentimentos e problemas eram considerados distintos entre crianças, adolescentes e adultos. Isso ocorreu devido a hábitos de consumo, via cultura de massa daquele tempo, época de mudanças sociais bastante significativas. Pode-se dizer:

Multiplicavam-se os carros. Eletrodomesticadas, as mulheres já usavam calças compridas e suéteres com muito mais desenvoltura. Neste contexto, começa a distinguir-se a criança do jovem, para cuja distinção não bastam os decímetros a mais de altura e de busto, nem os primeiros fios de barba e

tampouco as primeiras derrapadas da voz que engrossa. (LAJOLO, 2006, p. 27).

Nesse contexto histórico de transformações, aos poucos a criança foi aumentando seu espaço. Isso leva a pensar que uma nova era nascia, logo a criança foi galgando degraus na sociedade, podendo ser distinguida do adulto. Foi preciso ações que permeassem comportamentos, sentimentos, utopias e rebeldia. Modelos comportamentais estrangeiros eram seguidos pela juventude, principalmente, com a influência de ídolos, como Elvis Presley, Frank Sinatra, Beatles, etc.

Essa literatura, a infantil e juvenil, recebe real importância, atualmente, visto que, por meio dos livros, são tratados muitos temas que auxiliam na formação cidadã, como preconceito, meio ambiente, racismo, estereótipos, violência, identidade, direitos e deveres, etc. Ao se falar dessa literatura infantil, logo nos reportamos a Monteiro Lobato, cuja obra trouxe diretrizes para essa literatura emancipatória. Lobato procurou levar à criança o gosto pela leitura literária sem se prender ao didatismo, e essa iniciativa motivou outros autores a perceberem a evolução dessa área, ocasionando o aumento do mercado editorial.

Produção literária infantojuvenil

Até o século XIX, no Brasil os livros literários não eram fáceis de se obter, sua produção era em pequena escala, o que impossibilitava ao escritor viver da venda de suas produções. Por isso, a profissão de escritor demorou a se estabilizar. E, foi com os livros didáticos oferecidos pelas escolas que essa profissão se tornou reconhecida, alcançando seu espaço no mercado de trabalho e, posteriormente, os primeiros trabalhos voltados para a literatura infantojuvenil.

No séc. XX, ano da comemoração ao centenário da Independência, foi marcado por grandes acontecimentos culturais, como a Semana da Arte Moderna, em São Paulo, em fevereiro de 22; depois, o Motim de Copacabana; surge o movimento da Escola Nova, tendo como fundadores pedagogos influenciados pelo pensamento norte-americano. Este movimento visava a implantar o direito à educação a todos, não somente à elite. No entanto, mesmo ocorrendo reformas, não foi possível estabelecer um sistema de ensino eficaz.

O folclore foi fonte de inspiração às obras literárias infantis, também as adaptações de obras estrangeiras trouxeram diferentes culturas, cujas traduções eram orientadas por professores e escritores brasileiros. As obras nacionais eram, preferencialmente, educativas:

[...] os livros para crianças foram profunda e sinceramente nacionalistas, a ponto de elaborarem uma história cheia de heróis e aventuras para o Brasil,

seu principal protagonista. Da mesma maneira, eles se lançaram ao recolhimento do folclore e das tradições orais do povo, com interesse similar aos das escolas de samba, ao pesquisar os enredos para os desfiles. Porém, visando contar com o aval do público adulto, a literatura infantil foi preferencialmente educativa e bem comportada, podendo transitar com facilidade na sala de aula ou, fora dela, substituí-la. (LAJOLO & ZILBERMAN *apud* BIASIOLI, 2007, p. 93).

Nessa época a literatura infantil e juvenil estabelece laços educativos para as crianças, informando-as sobre como deveriam se comportar, sobre ética, saúde, princípios morais, ao ponto de ser usada tanto na sala de aula, quanto fora dela. Dessa forma, a literatura podia ser usada em qualquer ambiente, com caráter formativo, sem a preocupação com o estético da criação verbal, o que somente veio a ocorrer com Lobato.

Assim, embora o livro didático possa ser o primeiro contato da criança em relação à escola, não significa que ele tornará o aluno um leitor ativo, já que a leitura deve ser praticada por interesse ou prazer e não por imposição e obrigação. Então, limitar a criança apenas às leituras impostas não a ajuda a tornar-se leitor ativo. Daí a importância de se indicar obras voltadas a cada faixa etária e aos interesses de leitores em formação. Por outro lado, tem-se os livros paradidáticos, excelente ferramenta de ensino, que podem contribuir no engajamento do aluno ao universo das letras.

Em meio a tantas transformações e evoluções tecnológicas, o repensar sobre o sistema de ensino e educação deve ser constante. Principalmente o que se volta às fases infantil e juvenil, visto que cresce consideravelmente o número de produtos criados para encantar esse público, fato que gera, em muitos casos, uma disputa entre objetos físicos e virtuais, com recursos tecnológicos. Todavia, é importante levar em consideração que muitas crianças não usufruem de recursos econômicos para as aventuras tecnológicas ou à compra de livros, assim, a escola deve levar em consideração as diferenças econômicas entre as crianças de diferentes classes sociais: há aquelas crianças de classe média e alta, cuja realidade assemelha-se a um conto de fadas e, por outro lado, há as crianças oriundas de classe econômica baixa e, para estas os obstáculos são mais acentuados. Entretanto, a ação escolar não deve generalizar que fatores econômicos possam resolver essa desigualdade leitora, pois, tudo passa pela cultura, hábitos e costumes.

A contribuição do professor na formação leitora da criança e do adolescente

No mundo globalizado, como diz Coelho (2000, p. 21), o profissional de educação deve estar consciente de que a melhor maneira para a transformação de um povo depende da

criticidade que cada um constrói em relação aos seu universo e, esse processo não ocorre apenas durante a infância, mas também na juventude e até na velhice. Pensando nisso, pode-se dizer que a palavra e a literatura, esta como arte da palavra, são os mais eficazes caminhos para se chegar ao nível de uma nova mentalidade, formadora de ideias. Contudo, não cabe à literatura o papel de educar a criança, embora, pela sua qualidade textual, possa apresentar um caráter pedagógico, pois, ao relatar valores sociais e culturais acarreta a aprendizagem intelectual.

A família e a escola têm a responsabilidade de formar leitores e, quando a primeira falha, caberá à segunda tal compromisso, pois, detém um espaço privilegiado para a formação do indivíduo. Assim sendo, cabe à instituição escolar mostrar para o jovem leitor as facetas que a sociedade apresenta, levando-o ao mundo da cultura, da diversidade, da tecnologia, assim contribuirá para o desenvolvimento da personalidade discente. No ensino,

[...] o professor precisa estar “sintonizado” com as transformações do momento presente e reorganizar seu próprio conhecimento ou consciência de mundo, orientado em três direções principais: da literatura (como leitor atento,) da realidade social que o cerca (como cidadão consciente da “geleia geral” dominante e de suas possíveis causas) e da docência (como profissional competente). (COELHO, 2000, p. 18) (Grifo da autora).

Consoante a autora, entendemos que o professor não deve parar de pesquisar, e sim estar em constante evolução, na busca de atualizações, atento ao que ocorre no presente. Com isso, é possível manter o aluno atualizado, ciente dos acontecimentos, pensando na formação crítica de um cidadão preparado para lidar com a sociedade em mudança. Pesquisas midiáticas apontam que a educação é carente de educadores preparados para lidar com a diversidade, com o novo e com crianças da geração Z, nascidas nessa imersão tecnológica do Séc. XXI, fato que alerta para se investir na constância de cursos de qualificação. E, admitirmos que no campo da educação a diversidade é um tema vigente e visível, faz-nos reconhecer que as diferenças individuais são um direito tanto educativo quanto social.

O processo de aprendizagem e cidadania discente está ligado ao como se faz e como se aprende nos anos iniciais de formação. Portanto, o que o aluno lê pode ser influenciado em suas ações e comportamentos, pois,

[...] o livro infantil é entendido como uma “mensagem” (comunicação) entre um autor-adulto (o que possui a experiência do real) e um leitor-criança (o que deve adquirir tal experiência). Nessa situação, o *ato de ler* (ou de ouvir), pelo qual se completa o fenômeno literário, se transforma em um *ato de aprendizagem*. É isso que responde por uma das peculiaridades da literatura infantil. (COELHO, 2000, p. 31). (Grifo da autora).

Se o professor, em sala de aula, é um dos grandes responsáveis no processo de formação leitora e intelectual infantil e juvenil, significa que ele deve ser o mediador de conceitos e ideias, servindo como elemento basilar para os jovens leitores, pois, o processo de ler consiste no ato de aprender. Nessa etapa, o educador deve carregar suas experiências e conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica e em suas pesquisas para a sala de aula. É necessário que ele saiba selecionar o material usado no processo de aprendizagem, e oriente sobre os livros para leituras, afinal, a criança precisa de textos ricos, variados e de exemplar qualidade.

A literatura é importante para a formação do leitor por suscitar o interesse pela leitura das histórias que apresentam fantasias, estas inseridas nas páginas dos livros. A oportunidade de ter em mãos alguns livros possibilita que o leitor amplie seu lado crítico, passando a questionar, duvidar, pensar e argumentar. Por conseguinte, o trabalho de desenvolvimento de leitura e interpretação deve ser feito constantemente. Nessa perspectiva, o docente deve instigar, fazer com que os alunos contribuam na discussão da leitura, expondo suas opiniões, relatando os porquês argumentativos.

Em uma narrativa ficcional sempre há muito o que questionar e discutir, afinal, cada um tece interpretações conforme seu potencial intertextual e, o livro pode trazer encantamento, desde a sua capa, páginas, desenhos, letras, com início, meio e fim. Tudo isso desperta interesse e curiosidade no leitor. Levando em consideração estratégias de ensino, a sala de aula proporciona a troca de ideias e conhecimentos, daí a importância de grupos de leituras, mediados pelo professor, pois:

O professor é, concomitantemente, alguém que participa ativamente desse processo; alguém que estuda, lê e expõe sua leitura e seu gosto, tendo com o texto a mesma sensibilidade e atitude crítica que espera de seus alunos. Para seu trabalho prático, os critérios de seleção de textos devem ser, entre outros, aqueles decorrentes da sua “frequentação de leitura”. (MAGNANI, 2001, p. 139). (Grifo da autora).

Ao propor leituras para a sala de aula, o professor acaba por levar textos que fazem parte de seu contexto cultural, o que pode facilitar no momento da troca de conhecimentos, visto que a sua aproximação e entrega com determinado tema pode ampliar o desenvolvimento de informações. E, como diz Magnani (2001, p. 139): “É necessário romper consigo mesmo e com sua história. Em meio a tantas contradições é preciso construir uma prática cotidiana de sala de aula e de vida”.

Sendo os professores preparados para lidar com o ensino, logo, cabe a eles, serem os mediadores da palavra, aptos a levar seus alunos ao mundo enriquecedor dos livros, da além-

capa e páginas. E, fazer valer a qualidade do que se tem em mãos, fazendo do livro uma chave para a liberdade intelectual do indivíduo.

Mesmo que muitos livros não sejam escolhidos pelos alunos e, desde que sejam construtivos, podem ser levados à sala de aula pelo professor, pois é nesse ambiente que tudo pode fruir. Para Jauss (apud ZILBERMAN, 1989, p. 53), “[...] fruição compreensiva (*Verstehendes Geniessen*) e compreensão fruidora (*geniessendes Verstehen*), processos que ocorrem simultaneamente e indicam como só se pode gostar do que se entende e compreender o que se aprecia”. Assim, o professor poderá transformar o “não gostar” do aluno em um gostar, pois, à medida que ele vai exemplificando, delimitando, explicando e comparando essas leituras com outras, intertextual e contextualmente, os alunos são chamados à reflexão, repensando seu modo de agir diante daquele texto que, para ele, até então era estranho ou indiferente. E não só isso, é,

[...] perceber que o prazer não se compra em lojas, nem é automático, mas depende da emoção e da percepção mais ou menos clara do trabalho particular de linguagem e de formas, e tampouco é incompatível com o saber; que a leitura é também novidade e ruptura e só será agente de transformação na medida em que for resultado e lugar de transformação. (MAGNANI, 2001, p. 138).

O mundo dos livros está em constante luta com a tecnologia, disputando o tempo da leitura e a atenção dos jovens com a televisão, *video-game*, *Internet*, aplicativos, inteligência digital, inteligência artificial, etc. E, nesse contexto, não se pode deixar de mencionar que a *Internet* oferece meios para aprimorar a leitura com os livros digitalizados. No entanto, grande parte da comunidade escolar ainda não a utiliza para este fim, ainda há certa carência de incentivo à prática de leitura no meio virtual.

E, é o docente que deve instigar no aluno o interesse aos livros, em meios físicos ou virtuais, visando a resgatar a cultura literária no dia a dia. Portanto, é de suma importância a escolha de leituras que seduzam e formem o leitor, trazendo-o para o universo intelectual. O que se tem visto, em muitos casos, é que o processo de leitura fica de fora da escola, onde a leitura assume finalidades utilitárias e imediatistas, tais como: ler para fazer exercícios pedagógicos, exercícios de interpretação e escrita, ler para adquirir conhecimentos de outros conteúdos disciplinares, para avaliação, etc.

Mesmo que seja uma tarefa árdua, a escola, por meio de incentivo e projetos, deve procurar mudar o desapego que muitos alunos têm em relação à leitura, para levá-los à condição futura de adultos proativos. A indicação de títulos de obras e autores no âmbito da leitura

literária ajuda no enriquecimento do saber, pois o leitor encontrará uma porta à diversidade de informações.

A importância da literatura infantojuvenil para a formação do leitor

Se a literatura infantojuvenil tem grande importância na formação do jovem leitor porque exerce o papel de educar e ensinar pela qualidade que oferece, logo, há de se observar as diferenças conceituais aos significados das palavras verbais “educar e ensinar”. Pode-se definir como “Educar: Dar educação; ensinar, doutrinar; plantar, cultivar o espírito. Ensinar: Dar instruções sobre; mostrar com ensinamento; fazer conhecer, demonstrar; ministrar conhecimentos sobre regras e preceitos que constituem (alguma ciência ou arte) [...]”. FERNANDES; *et al.* 2010, p. 272-290). Segundo as definições, as palavras possuem significações distintas, visto que a primeira está relacionada ao fazer com que a pessoa adquira conhecimentos, hábitos para conviver socialmente. Já, o segundo conceito apresenta o saber; o saber fazer alguma coisa, ter a prática em uma determinada coisa, diferencia as pessoas em sua práxis.

Como exemplaridade, citamos Lobato, cujas obras têm passagens educativas, que transmitem mensagens às crianças: “O sítio do Pica-pau amarelo representa mais do que uma simples história ingênua e rural [...] representa uma concepção a respeito do mundo e da sociedade,”. (BIASIOLI, 2007, p. 93). Em seus escritos, Monteiro Lobato acrescenta elementos que contribuem na educação das crianças, leitoras de seus livros. O sítio de Dona Benta, por exemplo, exerce o papel de uma escola inovadora, de forma a mostrar que qualquer lugar pode ser usado para ensinar. Ao invés de uma sala de aula, como a clássica que se conhece, uma simples paisagem pode exercer uma função da troca de conhecimentos.

Para Paiva (2005, p. 101), o que se deve buscar é o gosto pela leitura e não o hábito de ler. “[...] um meio pelo qual se compreende melhor o mundo, posicionando-se diante dele”; embora consideremos que o hábito também é importante. O material trabalhado em sala de aula deve estar justamente relacionado ao ato do aluno se descobrir, tornando-se libertador.

[...] o texto literário é, por excelência, esse material. Primeiro, por seu caráter de ficção, levando o leitor a viver experiências só possíveis na imaginação; segundo, por possibilitar a internalização de estruturas linguísticas complexas; por fim, por levar ao desenvolvimento de estruturas de pensamento. O livro infantojuvenil – por ser considerado um tipo de literatura e que contém, pois, essas características – deve ter, na escola, o papel fundamental e privilegiado

da formação de leitores proficientes, leitores para toda a vida. (PAIVA, 2005, p. 101).

Assim, se a liberdade de descobrimento e aprendizagem da criança estiver atrelada ao livro literário que, em sua essência apresenta uma ficção, esta lhe possibilita adentrar ao mundo da imaginação, a ter acesso a muitas interpretações do seu universo e a conhecer outras realidades, por meio da leitura. A leitura literária abre as portas para a imaginação e para o conhecimento, tornando os leitores capazes de mudar a própria direção de vida ou transformar a sociedade.

Com a leitura de obras vai se construindo mentes abertas, pois liberta-se das escolhas, das ideias e das palavras do outro, indo-se à independência intelectual. Quanto mais próximos se estiver da literatura, mais real se torna a possibilidade da independência, isso porque tem-se nas mãos o alicerce do poder, formador e transformador. A literatura infantojuvenil torna tudo isso possível, dando alternativas de escolhas, de mudanças e crescimento ao jovem leitor, por meio da palavra. Assim:

Ouvindo e lendo histórias, crianças e adultos podem apresentar reações que manifestam seus interesses revelados ou inconscientes e conseguem vislumbrar, nas narrativas, soluções que amenizam tensões e ansiedades. (PAIVA, 2005, p. 84).

A literatura instiga em seus leitores, além da curiosidade, a dúvida, a indagação e a inquietação, o que motiva os leitores a permanecerem na busca por novas leituras. Muitas vezes, diante a uma narrativa, o leitor consegue aludir sua vida à história narrada, o que o leva a manifestar reações que estavam guardadas em seu interior. Esse reconhecimento pode levá-lo a resolver conflitos, tensões e ansiedades. Isso porque a experiência descrita no livro aproxima o leitor dos seus interesses, muitas vezes revelados ou inconscientes. As narrativas ficcionais podem ser para muitos o espelho da alma, pois trazem em suas páginas a marca da realidade. Segundo Zilbermam (2008, p. 17), “A experiência da leitura decorre das propriedades da literatura enquanto forma de expressão, que, utilizando-se da linguagem verbal, incorpora a particularidade dessa de construir um mundo coerente e compreensível, logo, racional”. Assim, o texto literário provoca no leitor um efeito dúbio, de fantasia e realidade, passando a refletir sobre suas experiências e a aderir aprendizagens.

Vieses do incentivo à leitura pela escola

É relevante tecer um viés teórico-crítico entre a escola tradicional e a inovadora, visando a compreender a prática de ensino que adentra às classes escolares.

Vimos que escola tradicional é uma expressão designada para denominar as ideias pedagógicas que antecederam ao Movimento Renovador, que ganhou força nas últimas décadas do século XX e início do Séc. XXI. Com uma política voltada para o ensino, estendeu-se a implantação de redes públicas pela Europa e América do Norte que teve como inspiração a sociedade burguesa, a qual via a educação como sendo um direito de todos e dever do Estado. Sua função era, pois, de auxiliar na construção e na consolidação de uma sociedade democrática. (LEÃO, 1999).

Na primeira metade do Século XX, houve um embate entre o campo das políticas e das práticas educacionais, visto haver o movimento internacional da Escola Nova, que visava a ser o caminho para mudanças no quadro da renovação para a escola, tentando ultrapassar a tradicional. No Brasil, a discussão se fez em torno das ideias da modernidade.

A escola tradicional, presente no campo educacional, até o século XIX estava voltada para conteúdos verbais expostos pelo professor, que era autoridade máxima. A memorização e a repetição eram marcas registradas nesta escola, pois, “A educação é entendida como processo externo. Neste contexto, prevalece a transmissão de conhecimento, sendo a escola centrada numa formação moral e intelectual. Dessa forma, é hierarquizada com normas rígidas de disciplina”. (SILVA, 2012, p. 2). Os conteúdos apresentados não tinham, necessariamente, vínculo qualquer com o cotidiano dos alunos. As normas tinham que ser obedecidas, pautadas na moral exigida pela escola. O discente é que devia se esforçar para conseguir se sobressair nos estudos.

No entanto, entendemos que a educação não se restringe somente dentro de uma instituição de ensino, pelo contrário, seja em casa, na igreja, na rua ou na escola, todos aprendem alguma coisa, isso independente do meio em que se vive. A educação, sendo a grande responsável pelo desenvolvimento da personalidade do ser humano, passa por um processo que começa desde o âmbito familiar, continua na escola e se prolonga por toda a existência. Sendo assim, ela permite que o ser humano possa expor sua capacidade crítica.

No final do século XIX, novas iniciativas foram aparecendo, voltadas para novas formas de ensino. Com a Escola Nova, o aluno que antes era submisso ao professor ganha espaço e

passa a ser o centro das atenções no processo de ensino. O docente passou a valorizar e priorizar o desenvolvimento psicológico do aluno, podendo participar no seu processo de aprendizagem.

A metodologia foi se modificando e os conteúdos passaram a ser em grupos, feitos mediante pesquisas, na troca de experiências. Sua principal característica é aprender a aprender.

A educação passou a priorizar a ação de preparar a criança para viver em sociedade, tornando-a conhecedora da democracia e ativa no conhecimento. “Quando bem se examinem os princípios gerais da Escola Nova [...] verifica-se que a dimensão própria da ação educativa é de ordem social e cultural” (LOURENÇO FILHO, *apud* SILVA, 2012, p. 4). Ou seja, as necessidades de cada um são levadas em consideração. A visão da Escola Nova valoriza a evolução das ideias pedagógicas na área do ensino. Visa, portanto, ao despertar de uma nova mentalidade. Nesta escola, que se propõe como inovadora, a criança ganha liberdade de expressão.

Anísio Teixeira foi um dos educadores que, na década de 1920, demonstrou a necessidade de se investir no processo educacional brasileiro, segundo dados,

[...] vai considerar a educação elemento chave do processo de inovação e modernização da sociedade que, em alguns contextos, denomina-se revolucionária. Portanto, para ele, a educação aparecia como elemento chave no processo revolucionário. (SAVIANI, 2007, p. 221).

Para Anísio Teixeira, a educação deveria ser a peça principal para o desenvolvimento de uma sociedade, podendo ser o centro do processo de reformas, pois, pela educação se poderia mudar o mundo. Essa concepção, moderna para a época, propunha um ensino voltado para a leitura de mundo, de forma que os discentes pudessem ser transformadores de uma sociedade por meio da abertura intelectual oferecida na diversidade de livros lidos, de atividades instigadoras e de propostas protagonistas que hoje encontramos nas propostas das Metodologias Ativas e da Pesquisa-Ação.

O processo de lecionar, de ensinar, de levar informações e compartilhar conhecimentos exige planejamento das aulas, saber o que fazer e para que fazer, qual o objetivo a alcançar. Estar na sala de aula em posição de professor, requer habilidades e capacidade para lidar com as diversas situações e diferentes temáticas.

As estratégias de ensino em sala de aula são de suma importância, pois ajudam o professor a se aproximar dos alunos por meio dos elementos e conteúdos diferenciados, críticos e bem avaliados. Assim:

[...] a estratégia tem em comum com todos os demais procedimentos sua utilidade para regular a atividade das pessoas, à medida que sua aplicação

permite selecionar, avaliar, persistir ou abandonar determinadas ações para conseguir a meta a que nos propomos [...] são suspeitas inteligentes, embora arriscadas, sobre o caminho mais adequado que devemos seguir. (SOLÉ, 1998, p. 69).

É preciso abrir mão de certas medidas que se prendem ao fazer por obrigação e imposição, e que o profissional de educação selecione, ouse, crie e avalie o melhor caminho a seguir para se atingir um objetivo. Ao se pensar em estratégias, pensa-se em autodireção, no objetivo traçado e em como ter o autocontrole das ações. Entendemos que o professor, como profissional deve policiar, avaliar e supervisionar seus próprios comportamentos, isso para que saiba o momento certo, se necessário, de modificar os seus objetivos e metodologias. Se assim agir, seus alunos conseguirão realizar atividades, desafios, levando-os a acreditarem em si mesmos e serem protagonistas no processo de aprendizagem.

A estratégia motivacional pode partir daquilo que o professor dispõe em seu entorno, pois, cada lugar e época tem suas tecnologias e lhe cabe explorá-las, buscá-las e promover a interação e o encantamento com os alunos. O uso do filme como estratégia de ensino é eficaz quando bem conduzida, orientada pela pesquisa prévia, pois, motiva os discentes a entenderem o enredo a ser exibido pela película. É importante orientar quanto às linguagens verbal e não verbal, pois tudo é leitura e pode ser interpretado: a música, o cenário, a época histórica, as vestimentas, as cores, etc.

E porque o leitor utiliza justamente diversos níveis de conhecimento que interagem entre si, a leitura é considerada um processo interativo. Pode-se dizer com segurança que, sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor, não haverá compreensão. (KLEIMAN, 2000, p. 13).

E é por haver diferentes níveis de conhecimentos interagindo entre si, como outras disciplinas e saberes prévios que o leitor ou o espectador conseguirá compreender e estabelecer relações com outros assuntos, relacionados ao que sabe.

Considerações finais

Consideramos o quão importante é a participação do educador na vida do aluno, pois, pelo seu incentivo, dedicação e criatividade, pode estimular o gosto discente pelo saber e, conseqüentemente, mudar o cenário negativo em leitura conforme dados trazidos pelas recentes pesquisas internacionais do PISA e PIRLS. A escola, ao estimular o gosto pela leitura ao aluno, dar-lhe-á a liberdade para escolher outras obras que não sejam só as indicadas pelo professor como atividade avaliativa.

A seleção de livros pode partir do próprio leitor, embora, deva ser uma ação orientada pelo professor, que, motivado pelo conhecimento recorre a leituras diversas e de seu gosto, sem que seja obrigado a ler porque lhe foi imposto pela escola ou pelos pais. Por isso o educador deve sugerir diferentes livros, de forma a incentivar o seu aluno a procurá-los depois. Vale dizer que a maneira como é indicada uma determinada leitura pode gerar curiosidade no desejo em saber como a história irá se desenrolar, ou seja, comentar em linhas gerais parte do enredo da narrativa pode ser uma boa estratégia.

Sentimos que a interação do professor com os discentes é relevante e pode facilitar a relação de amizade na classe. Assim, se o professor demonstra ser “um profissional amigo” dos alunos, de forma respeitosa, é provável que ele consiga atingir seus objetivos mais rapidamente.

Na fase da construção leitora, tanto a criança como o adolescente não se interessam por leituras complexas e com vocabulário erudito. Por isso, é de grande valia que o professor dialogue com os discentes, que conheça seus gostos e suas limitações. Pois, é dever da família e da escola promover e ensinar o ato de ler, processo tão necessário à sociedade atual, tendo-se em mente que a leitura precisa estar atrelada ao prazer e ao interesse, não ficando restrita e esgotada apenas aos muros da escola.

REFERÊNCIAS

BIASIOLI, Bruna Longo. As Interfaces da Literatura Infantojuvenil: Panorama entre o passado e o presente. Terra roxa e outras terras. **Revista de Estudos Literários**, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol9/9_9.pdf.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil – Teoria, análise, didática**. 1ª. Ed. São Paulo: Moderna, 2000.

FARIA, Ernesto Martins. **Brasil reprovado em avaliação de leitura**. 2023. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2023/05/5097241>

FULGÊNCIO, Lúcia. **Como facilitar a leitura**/ Lúcia Fulgêncio, Yara Goulart Liberato. 8.ed. São Paulo: contexto, 2004.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário brasileiro Globo**. São Paulo: Globo, 2010.

KLEIMAN, Angela. **Texto e Leitor: aspectos cognitivos da leitura**. – 7ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6ª. Ed. São Paulo: Ática, 2006.

LEÃO, Denise Maria Maciel. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. **Cadernos de Pesquisa**, nº 107, p. 187-206, julho/1999. Disponível no site: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a08.pdf>.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. **Leitura, literatura e escola**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PAIVA, Fabrícia Vellasquez. **A literatura infanto-juvenil na formação social do leitor: a voz do especialista e a vez do professor nos discursos do PNBE 2005/**. Rio de Janeiro: UFRJ, FE, 2008. Dissertação (Mestrado). Disponível no site: http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/dissertacao_fabricia_vellasquez.pdf.

PAULA, Vaniceia Gonçalves de Oliveira Gonçalves de; HUNHOFF, Elizete Dall'Comune. **A leitura infantojuvenil e formação de leitores críticos**. Revista Moinhos. V. 01. No. 01. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. Disponível no site: http://www.4shared.com/office/Qf_LD6TM/file.html.

SILVA, Ana Paula da. **O embate entre a pedagogia tradicional e a educação nova: políticas e práticas educacionais na escola primária catarinense (1911-1945)**. Disponível no site: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1259/13>.

SOLÉ, Izabel. **Estratégias de leitura**. 6.Ed. - Porto Alegre: Artmed, 1998.

TEIXEIRA, Tatiana Gloor; BEVILAQUA, Ceres Helena Ziegler. **Leitura e literatura infantojuvenil: a contradição da prática**. 2007 Disponível em http://www.pucrs.br/edipucrs/CILLIJ/do-texto-ao-leitor/Leitura_e_literatura_infanto_juvenil_a_contradicao_da_pratica.pdf.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Ática, 1989.

ZILBERMAN, Regina. O papel da literatura na escola. **Via Atlântida**. São Paulo, no. 14. Dez. 2008.